

**SOCIEDADES
POLARIZADAS?**

**DESAFIOS
PARA A
SOCIOLOGIA**

XII CONGRESSO
PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

4 - 6 ABRIL 2023

CONVENTO DE SÃO FRANCISCO – FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

XII Congresso Português de Sociologia

*Sociedades Polarizadas?
Desafios para a Sociologia*

Coimbra, 4 a 6 de abril de 2023

**Secção/Área temática / Thematic Section/Area:
Trabalho, Organizações e Profissões
Work, Organizations and Professions**

**Emprego e condições de contratação de professores universitários no Brasil e a
Pandemia de COVID-19
Employment and Hiring Conditions of Professors in Brazil and the COVID-19
Pandemic**

GOMES, Darcilene; Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ);

darcilene.gomes@fundaj.gov.br

SORIA, Sidartha; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

sidartha.soria@ufpe.br

FUSCO, Wilson; Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ); wilson@fundaj.gov.br;

Resumo

Busca-se investigar impactos da Pandemia sobre o trabalho docente no ensino superior privado brasileiro. Pretende-se averiguar se a categoria como um todo experimentou alterações em seus níveis de emprego, no volume de demissões e admissões e nas condições de contratação. O ensino superior privado, principal mercado de trabalho para professores universitários no Brasil, vivencia uma crise de quase uma década, que se expressa na queda de matrículas e do número de professores em atividade no segmento e nas alterações das formas de contratação intensificadas após a Reforma Trabalhista de 2017. A crise advinda da Pandemia de COVID-19 acelerou mudanças que estavam em curso, como o crescimento do ensino remoto. Os professores, por sua vez, se depararam com a continuidade das demissões e os que permaneceram empregados viram redução de carga horária e aumento do número de estudantes por turma, implicando em intensificação do trabalho docente.

Abstract

This paper aims to search the impacts of Pandemics over the working conditions of professors at private higher education institutions, investigating whether this category had experienced changes in its employment level, dismissals/hiring volume and hiring conditions. Private Higher Education, which is the main labor market for professors in Brasil, is in crisis for almost a decade, expressed by reduction of school enrollment and reduction of teachers' numbers, which worsen after 2017's Labor Reform. Distance-learning has increased, as long as the number of dismissals, whereas those remain working saw intensification of working conditions (falling wages because of less paid hours, and increasing the number of students per class).

Palavras-chave: trabalho docente, ensino superior, pandemia de covid-19

Keywords: professor's work, higher teaching, COVID-19 Pandemic

XII-APS-44760

Introdução

A educação superior no Brasil, como a conhecemos atualmente, ainda reproduz em linhas gerais a Reforma Universitária de 1968, que, por um lado modernizou e expandiu as universidades públicas; e de outro incentivou a ampliação das instituições privadas, especialmente as empresariais, dedicadas em sua maioria apenas ao ensino.

Desde então o setor privado se consolidou, sendo atualmente responsável por quase duas em cada três matrículas no ensino superior brasileiro. Destacam-se, nesta linha, a segunda metade dos anos 1990 no qual o segmento pôde se renovar e prosperar, inicialmente em meio à crise de financiamento das universidades públicas e depois, já em meados dos anos 2000, em sincronia com a prosperidade das instituições públicas federais.

No caso dos professores, apesar das condições de trabalho se distanciarem daquelas consideradas como adequadas (Leda, 2009; Siqueira, 2006; Sebim, 2014, entre outros), o segmento é o maior empregador de docentes que atuam no ensino superior.

Porém, a crise política e econômica da última década no Brasil afetou as instituições privadas de ensino superior que já vivenciam quase uma década de desequilíbrio que se expressam no declínio das matrículas presenciais e se reflete também na queda do número de professores em atividade no segmento (com demissões em massa), nas alterações das formas de contratação (que ganharam novas modalidades), entre outras. A pandemia de covid-19, neste sentido, parece ter acentuado as dificuldades já presentes no setor e acelerado as mudanças que estavam em curso.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é investigar possíveis impactos, sobre o universo laboral dos docentes que atuam no ensino superior privado brasileiro, da pandemia de covid-19. Para tanto, pretende-se analisar a movimentação de professores nas bases compostas por registros administrativos do Ministério do Trabalho e nas sinopses do Censo da Educação Superior, a fim de averiguar se a categoria como um todo experimentou alterações em seus níveis de emprego, no volume de demissões e admissões e nas condições de contratação.

O texto está assim dividido. O primeiro item resgata as principais mudanças no setor privado de educação superior nas últimas décadas. O segundo aborda aspectos do mercado de trabalho para professores de ensino superior. Por último, o terceiro item discorre sobre a pandemia e seus efeitos sobre a contratação de professores universitários.

1. O Ensino superior privado no Brasil

O ensino superior brasileiro originou-se tardiamente, inclusive em comparação com outros países latino-americanos. Apenas em 1920 nasceu uma universidade autêntica, a Universidade do Rio de Janeiro, a partir da reunião das escolas de medicina, politécnica e direito. A institucionalização da universidade brasileira ocorreu a partir da Era Vargas, nos anos 1930 inicia-se o processo de reorganização do campo universitário brasileiro, até então centrado principalmente na pulverização de cursos isolados e no ideal profissionalizante (Cunha, 2007).

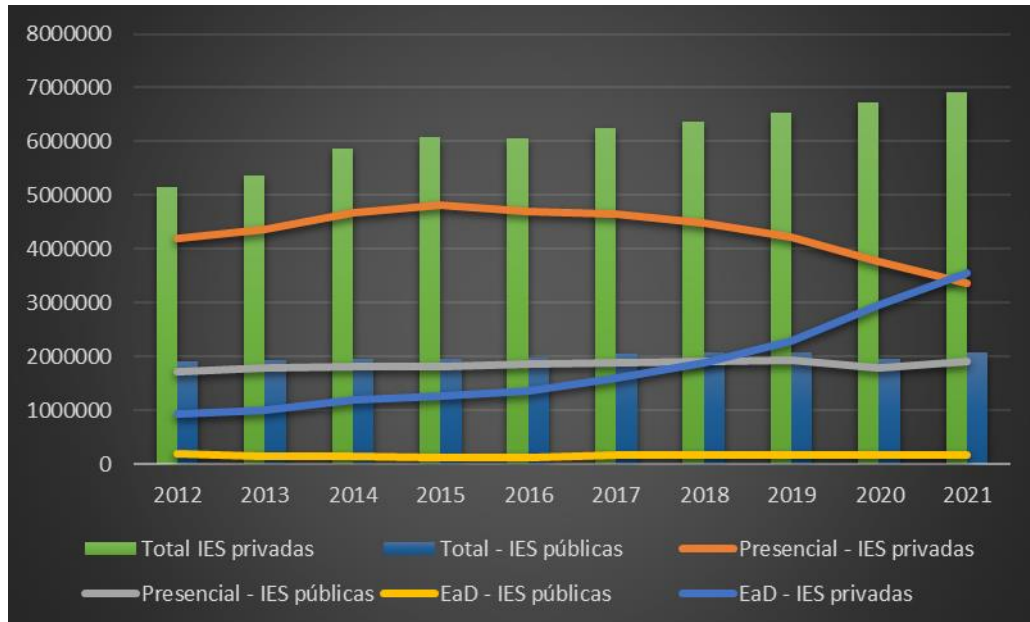
Todavia, as linhas mais gerais do campo da educação superior brasileira surgiram a partir da Lei 5.540/1968, a qual, em pleno regime ditatorial, instituiu a denominada Reforma Universitária. Um dos destaques da reforma foi o favorecimento e estímulo à expansão do ensino superior privado por meio de transferência indireta de recursos e políticas específicas (Martins, 2009; Leher, 2013). Segundo Carlos Benedito Martins (2009), em 1980 as matrículas na rede privada já representavam quase 65% do total de matrículas no ensino superior. Nos anos seguintes, porém, o crescimento da rede privada arrefeceu em alguns períodos, como na crise dos anos 1980, por exemplo; e avivou-se em outros, como nos anos 1990 e 2000 (Sampaio, 2011; Oliveira, 2009; INEP, 1999, 2001), sempre apoiada pelo setor público.

Nos últimos 20 anos, a expansão das matrículas do segmento privado se sustentou, principalmente, na reformulação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e na criação do Programa Universidade para Todos (ProUni). O novo Fies dispensou a figura do fiador, sendo criado também o Fundo de Garantia do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FGEDUC) em 2009 para . O ProUni visava conceder ao estudante de renda baixa, na forma de bolsas parciais ou integrais, 10% das vagas ofertadas pelas instituições privadas, se valendo, para tanto, de renúncia fiscal. A título de exemplo, o Fies passou a financiar cerca de 40% das matrículas nas instituições privadas (Lavinias et al., 2017). Assim, entre 2002 e 2016 as matrículas presenciais cresceram 93% e o setor privado pôde manter sua participação no total das matrículas presenciais no ensino superior.

Além das matrículas na modalidade presencial, o setor privado também se destacou na oferta de Educação a Distância (EaD). O Gráfico 1 mostra que as matrículas em EaD

nas instituições privadas cresceram continuamente entre 2012 e 2021, mais que dobrando este número em menos de uma década.

Gráfico 1 - Matrículas em cursos de graduação, Instituições de Ensino Superior por dependência administrativa, Brasil, 2012-2021



Fonte: INEP, Censo da Educação Superior 2002-2021.

No período, observou-se também o acirramento da concorrência no segmento privado, com intenso movimento de fusões e aquisições a partir de 2007, de ingresso de grupos internacionais no país e de transações mediadas pelo mercado financeiro. Segundo Bielchowski (2020), em 2018 os dez maiores grupos privados passaram a responder, no setor, por 33,9% das matrículas presenciais e 81,9% das matrículas em EaD.

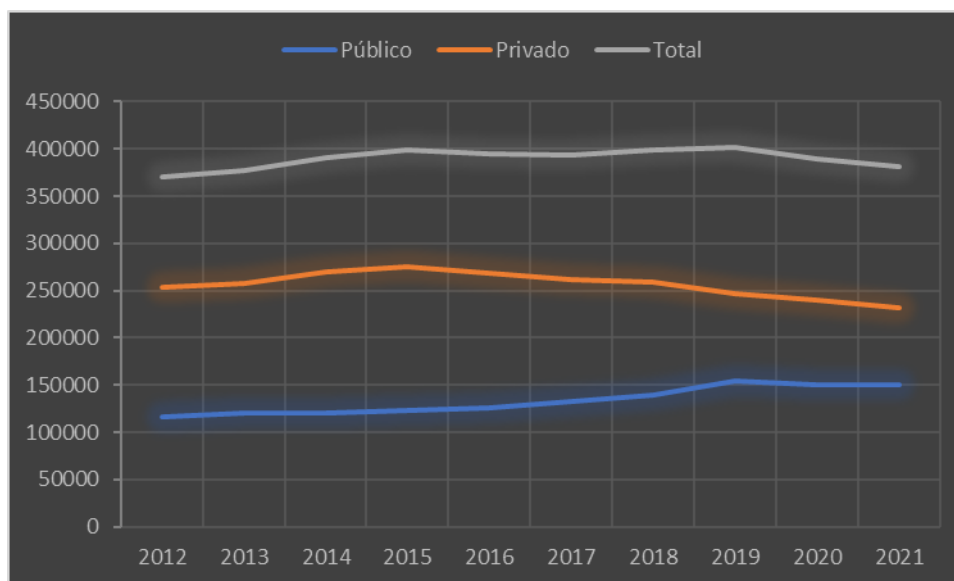
Feito esta breve incursão sobre o ambiente universitário privado, o próximo item apresentará alguns comentários sobre o mercado de trabalho e os professores universitários.

2. O mercado de trabalho para professores do ensino superior privado: alguns comentários

O principal mercado de trabalho para professores universitários no Brasil é o do setor privado de educação, contrariamente ao ensino básico no qual a maioria dos professores trabalha no setor público.

Considerando as informações da Rais de 2021, 60% dos vínculos formais de professores do ensino superior foram registrados em instituições privadas ou sem fins lucrativos (doravante denominadas “setor privado”)¹. Vale mencionar, todavia, que este percentual já foi maior, no início da década de 2010, por exemplo, sete em cada dez vínculos de professores do ensino superior foram informados por instituições do setor privado. Deste modo, ocorreu nos últimos anos uma diminuição do número de vínculos nas instituições privadas de ensino, com repercussão no total de vínculos conforme mostra o Gráfico 2. Nota-se que o período 2020-2021, que coincide com a pandemia de covid-19, foi particularmente desfavorável aos professores, que viram suas chances de emprego no setor privado diminuir: com queda de 6% no número de vínculos em 2021, comparativamente a dezembro de 2019. Já o número de vínculos no setor público apresentou crescimento até 2019, estabilizando-se nos últimos dois anos para os quais se tem dados (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Número de vínculos de professores do ensino superior, segundo a natureza jurídica do estabelecimento, Brasil, 2012-2021

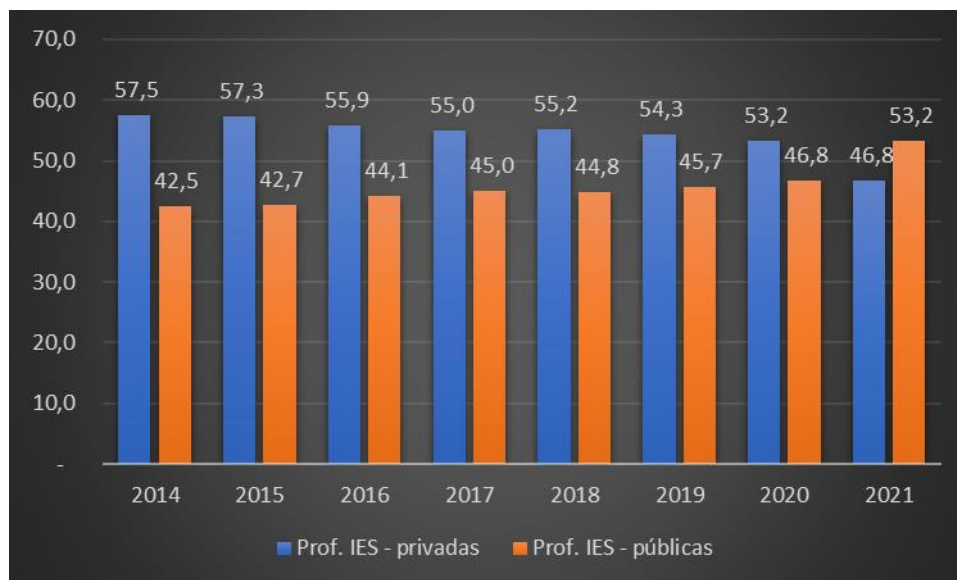


Fonte: MTE – Relação Anual de Informações Sociais, 2012-2021.

O Censo da Educação Superior confirma o momento adverso para os professores de instituições privadas de ensino. Computando o número de professores (e não de vínculos, pois o professor pode ter mais de um vínculo) em atividade no setor, os dados mostram queda de 31% entre 2014 e 2021. E mais, em 2021 o número de professores em atividade que trabalhavam no segmento público ultrapassou o do

privado. O Gráfico 3 mostra a queda da participação dos professores que atuam no setor privado em relação ao total de professores praticamente ano após ano.

Gráfico 3 – Distribuição dos professores do ensino superior segundo a categoria administrativa da instituição em que atuam, Brasil, 2014-2021 (%)



Fonte: INEP, Censo da Educação Superior 2002-2021.

Estes professores participam de um mercado de trabalho organizado em moldes tipicamente capitalistas, sendo a maioria dos trabalhadores contratados segundo a legislação vigente, tendo por conseguinte acesso a um conjunto de direitos, mas que, não raras vezes, são sonegados (Campos, 2017).

Não é mais novidade a existência de elevada rotatividade de pessoal nos estabelecimentos de ensino privados, em oposição ao que normalmente se espera de uma ocupação na qual seus titulares possuem elevada escolaridade². Já se tornou habitual, a título de exemplo, o anúncio de dispensa em massa de professores em determinados períodos do ano, particularmente nos finais de ano.

Ocorre que o segmento opera, em grande parte das vezes, em sintonia com o ano escolar. Assim, contrata-se no início do período de aulas (como fevereiro, agosto) e nos meses seguintes; demite-se quando as férias escolares se aproximam (de maio a julho; dezembro a janeiro). O comportamento do mercado de trabalho em geral é diferente, pois via de regra o saldo de emprego inicia o ano negativo, mas recupera-se paulatinamente até alcançar seu pico, normalmente nos meses de outubro e novembro, caindo igualmente no mês de dezembro. Embora os picos de admissões e das demissões

sejam inequívocos, é patente a intensa movimentação da força de trabalho ao longo de todos os meses do ano, o que inclui por suposto o período letivo. Nos últimos anos, todavia, provavelmente em função da reforma trabalhista e da crise econômica, a rotatividade se acentuou no setor privado de educação superior (Gomes & Soria, 2023).

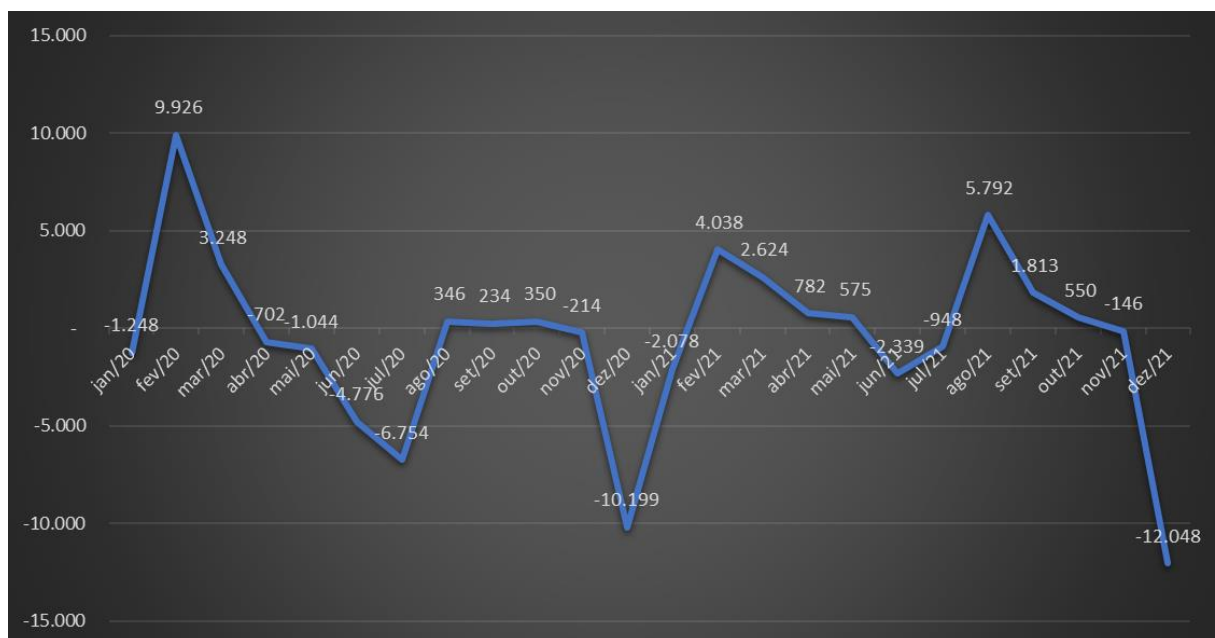
3. A Pandemia de COVID-19 e o emprego dos professores

Em fins de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China, foi identificado pela primeira vez em humanos o vírus SARS-CoV-2 (novo corona vírus), responsável pela pandemia de Covid-19. Até o fim de setembro de 2021, o vírus já havia alcançado 188 países, contaminado quase 220 milhões de indivíduos e provocado 4,5 milhões de mortes. O Brasil foi particularmente atingido pela pandemia: apesar de representar apenas 2,8% da população do planeta, o país concentrava, até meados de outubro de 2021, 13% do total mundial de mortos por Covid-19, mais de 594 mil vítimas. Para fazer frente à urgência sanitária, autoridades governamentais no campo da saúde de diversos países, bem como a Organização Mundial de Saúde, passaram a recomendar um conjunto de ações não-farmacológicas tais como: isolamento social, quarentenas, uso de máscaras, medidas de higiene pessoal e ambiental, barreiras sanitárias etc. Essas medidas foram adotadas com maior ou menor intensidade nos diversos países atingidos pela pandemia e sua observância dependeu fortemente dos incentivos governamentais que encorajaram a adesão da população. A pandemia afetou com intensidade a economia internacional, como evidencia a evolução do Produto Interno Bruto que, segundo relatório do Banco Mundial, exibiu queda em 90% dos países em 2020 (World Bank, 2022).

Na grande maioria dos países, igualmente, o mercado de trabalho foi severamente atingido, cabendo aos governos a adoção de um conjunto de medidas de estímulo à manutenção dos empregos e da renda (Russo et al., 2022). Em um país, como o Brasil, já marcado por elevada heterogeneidade nas formas de ocupação da força de trabalho, a pandemia surge como mais um elemento de agravamento das condições de trabalho no mercado de trabalho nacional. Alguns setores foram rapidamente atingidos pelas medidas de combate ao espalhamento do novo vírus, entre os quais ganhou destaque o educacional (Abranches et al., 2023). Não tardou para as instituições de ensino fecharem suas portas e, de forma desigual e heterogênea, adotarem formas remotas de contato entre professores/as e estudantes.

As políticas de contenção da pandemia envolveram a reorganização das instituições de ensino e do trabalho no ambiente educacional. Em sua maioria, as escolas, faculdades e universidades passaram a ofertar aulas em regime remoto, por meio de plataformas de ensino. O impacto sobre os professores foi imediato, o Gráfico 4 mostra que as demissões foram antecipadas e os meses de abril e maio de 2020 já exibiam saldos negativos de admissão, o que não ocorria nos anos anteriores. Nota-se, também, que as tradicionais contratações em agosto também não aconteceram. Nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro a movimentação foi moderada e os saldos de contratação foram baixos, considerando o comportamento habitual no segmento.

Gráfico 4 - Saldos (admitidos; desligados) de vínculos de professores do ensino superior da rede privada de ensino, Brasil – janeiro de 2019 a dezembro de 2021



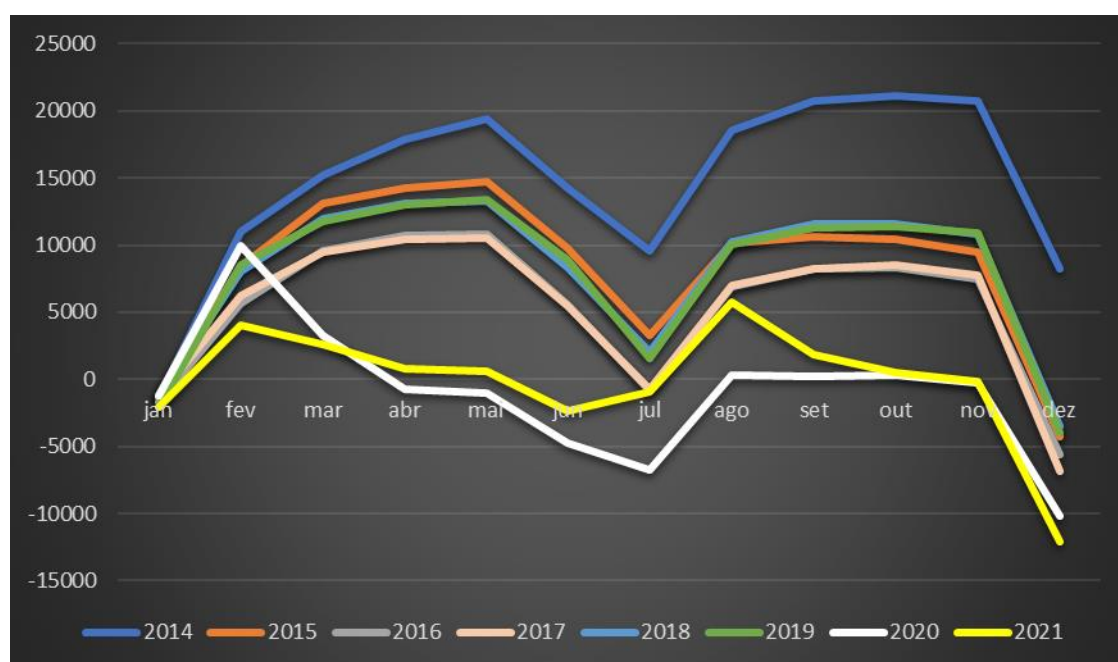
Fonte: MTE – Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2020-2021).

Em 2021 as contratações de fevereiro ocorreram, mas em patamar inferior aos saldos observados no ano precedente (e nos antecedentes também). Os meses de abril e maio voltaram a exibir saldos positivos, mas igualmente em nível mais baixo em relação aos anos anteriores. O mesmo comportamento foi verificado para os meses seguintes. Repara-se que no início do segundo semestre há um ensaio de retomada nas contratações, mas que não se sustenta nos meses seguintes.

Emprego e condições de contratação de professores universitários no Brasil e a Pandemia de COVID-19

O Gráfico 5 mostra o saldo acumulado de empregos de professores do ensino superior privado e deixa mais evidente a mudança de padrão na admissão e contratação destes profissionais nos anos mais intensos da pandemia de covid-19³.

Gráfico 5 - Evolução do saldo acumulado de vínculos de professores do ensino superior privado (2014-2021)



Fontes: MTE – Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2020-2021);
MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2014-2019).

Além da demissão⁴, as instituições privadas reeditaram na pandemia práticas já conhecidas entre os professores e que impactam a carga horária, a saber: redução de turmas, reformas curriculares, ensalamento “turbinado”⁵ etc. Nesse sentido, os professores que mantiveram seus empregos passaram a conviver com piores condições de trabalho, como o maior número de alunos por sala, o aumento do trabalho extra-classe, atrasos no pagamento de salários, redução salarial, entre outros. Ademais, pouco se falou sobre o apoio (pedagógico, financeiro) aos professores universitários na implantação do ensino remoto. Pesquisa realizada por sindicatos de professores no Rio Grande do Sul, por exemplo, mostra que os professores se endividaram para adaptar o espaço físico, comprar equipamentos adequados às aulas online e contratar internet de alta velocidade (Sinpro, 2021). Esse investimento foi feito até mesmo por professores que tiveram redução de carga horária.

Considerações finais

A ocasião da pandemia certamente teve papel decisivo na trajetória do emprego e das condições gerais de trabalho do segmento docente atuante nas instituições de ensino superior privado. Não representou, contudo, uma inflexão ou alteração substancial em relação às tendências já observadas em anos anteriores ao advento da pandemia.

Assim, antes da pandemia o segmento já sofria com o avanço de fenômenos tais como a disseminação de cursos EaD, o aumento do tamanho das turmas, novas modalidades de contratação e demissão etc. Os picos (saldos positivos entre admitidos e demitidos) já vinham derretendo desde 2015-16, enquanto os vales (saldos negativos) tornavam-se crescentemente profundos. A piora da qualidade dos empregos, a intensificação do ritmo de trabalho e o desemprego vinham crescendo antes de 2020.

Com a pandemia, as tendências anteriormente vigentes se agravaram dramaticamente. Considerando-se a evolução dos saldos líquidos de emprego, os picos de criação de vínculos empregatícios simplesmente desaparecem, dando lugar a planícies ao nível nulo de criação de vagas (como em 2020) ou a morros bastante reduzidos (2021). Por outro lado, as demissões seguiram adiante, em vales de profundidade sem precedentes no período histórico examinado. A necessidade de se seguir os protocolos sanitários que visavam impedir a disseminação ainda maior da pandemia não deixou de ser um alibi perfeito à adoção praticamente plena de sistemas de ensino quase inteiramente “plataformizados”, virtuais e remotos. O EaD se expandiu, juntamente com a adoção de modalidades de ensino “presencial remoto”, o que pavimenta o caminho para a redução da carga horária (e salarial) dos docentes, enquanto veem uma aguda escalada dos níveis de ensalamento, trabalhos extra-classe, endividamento pessoal (despesas para adquirir a infraestrutura necessária para se ministrar aulas de casa), atrasos salariais e dívidas trabalhistas (em boa medida “incentivados” pelo novo quadro trabalhista decorrente da reforma da CLT em 2017). Em um cenário de oportunidades de trabalho cada vez mais escassas, os docentes que restam empregados não escapam ao processo de intensificação de seu trabalho.

Notas

¹ Vale ressaltar que a Rais reúne informações sobre os vínculos formais de emprego regidos pela CLT (mensalista ou horista) e avançou no segmento privado a prática de admissão de professores por outras modalidades, incluindo a contratação por pessoa jurídica (com pagamento por nota fiscal) e autônomo

Emprego e condições de contratação de professores universitários no Brasil e a Pandemia de COVID-19

(remunerado por Recibo de Pagamento Autônomo – RPA). A mesma instituição pode, inclusive, manter diferentes políticas de contratação.

² A bibliografia mostra que a rotatividade costuma ser mais elevada entre os mais jovens, os menos escolarizados e com baixos rendimentos (DIEESE, 2016), o que não é o caso dos professores do ensino superior.

³ Mesmo considerando que a comparação 2014-2019 e 2020-2021 não pode ser direta, uma vez que a metodologia de captação do Caged mudou (dando origem ao Novo Caged). Todavia, infere-se que o padrão de movimentação pode ser comparado e as alterações devem ser mais sensíveis nas quantidades.

⁴ Outra questão importante, mas que não será abordada neste trabalho, é a sonegação dos direitos trabalhistas no momento da demissão. Em alguns casos, os professores tiveram seus vínculos mantidos mesmo sem dar aulas na instituição, ou seja, não recebiam salário e nem eram demitidos.

⁵ O ensalamento, ou seja, a reunião de várias turmas em uma única, ganhou destaque na imprensa a partir de denúncias de salas remotas com mais de 100 estudantes (200, 300), podendo ser de graus diferentes, de campi diferentes, às vezes até com aulas gravadas. A pandemia rompeu o limite físico, se antes as instalações não permitiam um número tão grande, agora as salas virtuais abrigam mais de uma centena de estudantes facilmente.

Referências

- Abranches, A. F. P., Coutinho, H. G., Gomes, D. C., Nascimento, G. S. (2023). Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco no Contexto da Pandemia. In Abranches, A. F. P., Crusoé, N. M., Gonçalves, D. N (Eds.). *Políticas e práticas docentes no contexto da Covid-19: o cenário da região Nordeste*. Anpae.
- Bielschowsky, C. E. (2020). Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil. *RBPAE*, 36(1), 241-271.
- Campos, A. G. (2017). *Justiça do Trabalho e produtividade no Brasil: checando hipóteses dos anos 1990 e 2000*. Ipea.
- Cunha, L. A. (2007) *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à Era Vargas*. Edunesp.
- DIEESE (2016). *Rotatividade no mercado de trabalho brasileiro: 2002 a 2014*. DIEESE.
- INEP (1999). *Evolução do Ensino Superior: 1980-1998*. INEP.
- INEP (2001). *Sinopse do Censo da Educação Superior*. INEP.
- Lavinas, L., Araújo, E., Bruno, M. (2017). *Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes?*. IE/UFRJ.

- Leda, D. B. (2009). *Trabalho docente no ensino superior privado: análise das condições de saúde e de trabalho em instituições privadas no estado do Maranhão*. [Doctoral thesis, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
- Leher, R. A. (2013). Universidade Reformada: atualidade para pensar tendências da educação superior 25 anos após sua publicação. *Revista Contemporânea de Educação*, 8(16), 305-329.
- GOMES, D. C.; SORIA, S. (2022). Reforma Trabalhista e Trabalho Docente no Ensino Superior Privado no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 52(e08714), 1-18.
- Martins, C. B. (2009). Reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, 30(106), 15-35.
- Oliveira, R. P. A. (2009) Transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação & Sociedade*, 30(108), 739-760.
- Russo, F. M., Silva, S. P., Corseuil, C. H. (2022). Programas federais de manutenção de empregos e garantia de renda no contexto da pandemia de 2020: panorama geral, implementação e cobertura. In Silva, S. P., Corseuil, C. H., Costa, J. S. M. (Eds.). *Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil*. IPEA.
- Sampaio, H. (2011). O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. *Revista Ensino Superior*, 4, 28-43.
- Sebim, C. C. (2014). *A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no estado do Espírito Santo*. [Doctoral thesis, Programa de Pós-graduação em Educação/Universidade Federal do Espírito Santo].
- Sinpro (2021). *Pesquisa Realidade Docente 2021-RS*. Sinpro.
- Siqueira, T. A. (2006). *O trabalho docente nas instituições de ensino superior privado em Brasília*. [Doctoral thesis, Programa de Pós-graduação em Sociologia/Universidade de Brasília].
- World Bank (2022). *World development report: Finance for equitable recovery*. World Bank Group.